

# ASSEMBLÉIA GERAL DA CATEGORIA

## 13/4 - 6ª f, às 12h30 na História/Geografia

Na próxima 6ª feira faremos Assembléia Geral da Categoria para discutirmos e aprovarmos nossa **Pauta Específica de Reivindicações** e também organizarmos a **Paralisação do dia 17/4**.

Lembramos aos companheiros a importância de que, nas reuniões que estão para acontecer durante esta semana, tanto na capital como no interior, sejam discutidas propostas de reivindicações específicas e formas de organização do dia 17 para serem encaminhadas na Assembléia Geral.

**A PARTICIPAÇÃO DE TODOS É FUNDAMENTAL PARA NOSSA ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E LUTA.**

## 17/4 SERÁ MARCADO COMO DIA DE LUTA



Data da nossa **Paralisação** (aprovada pela Assembléia Geral de 29/3 quando também deliberamos pela **construção da Greve**, como única forma de luta capaz de derrubar os decretos do governo Serra), nesta dia acontecerão diversas manifestações e paralisações.

■ Os Trabalhadores do Setor Público Federal em luta pela Campanha Salarial e Contra as medidas do PAC [corte de verbas da educação, saúde e setores essenciais para trabalhadores, além do congelamento de salários até 2011], anunciadas por Lula da Silva.

■ Os professores da rede pública estadual (Apeoesp) farão paralisação e assembléia na Paulista [MASP] por salário e contra medidas do governo estadual.

■ O MST e Via Campesina promoverão o Abril Vermelho, na luta contra a violência no campo e em defesa da reforma agrária.

■ Neste dia, completará onze anos de impunidade dos responsáveis pelo massacre de Eldorado de Carajás [17/4/1996], quando 19 Lutadores Sem Terra foram assassinados covardemente por policiais militares do Estado do Pará.

### Calendário de atividades:

ABRIL/2007

DIA 10 - REUNIÃO DO FÓRUM DAS SEIS

DIA 13 - ASSEMBLÉIA GERAL DA CATEGORIA

DIAS 14, 15 E 16 - REUNIÃO NACIONAL DA CONLUTAS

DIA 17 - PARALISAÇÃO



**Não resgatar a autonomia das universidades estaduais paulistas significará para toda comunidade universitária e para a sociedade, grande retrocesso e seu conseqüente sucateamento, pois através de sucessivos decretos o governo estabelece sua intervenção financeira, administrativa e didático-científica.**

**No entanto, a luta pela retomada da autonomia perdida tem que estar colocada no sentido de garantir uma autonomia transparente e democrática onde todos possam discutir e determinar os rumos da universidade.**

#### **Decreto 51.460, de 1º/Jan/07 - Fraciona a educação pública estadual**

O ensino básico (fundamental e médio) fica na Secretaria da Educação; o Centro Paula Souza é desvinculado da Unesp e vai para a Secretaria de Desenvolvimento; subordina à Secretaria de Ensino Superior, criada pelo mesmo decreto, a USP – Unicamp – Unesp – Famema – Famerp e Fundação Memorial da América Latina; transferi também para a SES todos os bens móveis e equipamentos, os cargos e funções-atividades, os direitos e obrigações e o acervo relativos às atividades da Administração direta voltadas ao ensino superior.

#### **Decreto 51.461, de 1º/Jan/07 - Põe fim a autonomia universitária**

Privilegia a pesquisa “operacional” desconsiderando a pesquisa básica; ignora o tripé Ensino/Pesquisa/Extensão; não prevê financiamento público para as universidades: concede ao titular da SES a proposição de políticas e diretrizes para o ensino superior, em todos os seus níveis; altera a composição do Cruesp com a participação dos Secretários: da Educação, do Desenvolvimento e de Ensino Superior, passando o Cruesp a integrar a estrutura básica da Secretaria de Ensino Superior.

#### **Decreto 51.471, de 2/Fev/07 - Veda a contratação de pessoal por tempo indeterminado**

Centraliza as atividades ainda mais no Executivo, via Secretaria de Gestão Pública.

#### **Decreto 51.636, de 9/Mar/07 - Obriga as universidades a ingressarem no Siafem**

Fixa normas orçamentário-financeiras e determina à Secretaria da Fazenda a descontar das liberações financeiras, montante correspondente às contribuições previdenciárias “patronais” não recolhidas pelas universidades, contrariando acordo firmado entre Governo e Alesp na LDO-2006 e LDO-2007.

#### **Decreto 51.660, de 14/Mar/07 - Cria a Comissão de Política Salarial**

A CPS estabelece as regras de política salarial ficando para a Secretaria de Gestão Pública conduzir as negociações junto às entidades representativas de trabalhadores da Administração Direta e das Autarquias (*Universidades*), ficando todas as reivindicações, instituições ou revisões de vantagens e benefícios a serem analisadas pela Unidade Central de Recursos Humanos da Secretaria de Gestão Pública.

**Integram a CPS os Secretários:** da Fazenda, de Economia e Planejamento, de Gestão Pública, do Emprego e Relações do Trabalho e o Procurador Geral do Estado.